

Classificação Orçamentária e Fontes de Recursos



- Quais os fundamentos Legais utilizados na Classificação Orçamentária?

Constituição Federal Art. 24

- É competência da União estabelecer **normas gerais** sobre Orçamento.

DECRETO Nº 2.829/98

- A Classificação funcional programática deverá ser aperfeiçoada de modo a estimular a adoção, em todas as esferas de governo, do uso do gerenciamento por Programas.

DECRETO Nº 2.829/98

- Os Programas serão estabelecidos em atos próprios da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, **respeitados os conceitos definidos no âmbito federal, em portaria do Ministério do Planejamento.**

Em 14 DE ABRIL DE 1.999 o
Ministério do Planejamento
dita a Portaria 42.

■ Mas, por que a Portaria 42/99 é tão importante para a execução do orçamento nos Municípios?



- Por que os Municípios devem obedecer os mandamentos da Portaria 42/99 do Ministério do Planejamento?



- A Portaria nº 42/99 atualiza a discriminação da despesa por funções e estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais.

PORTARIA Nº 42/99

- Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal a partir de 2.000 e aos Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2002.

- Órgão
 - Unidade Orçamentária
 - Função
 - Subfunção
 - Programa
 - Projeto/Atividade
 - **Fonte**
 - Categoria Econômica
 - Grupo de Natureza de Despesa
 - Modalidade de Aplicação
 - Elemento de Despesa/ Subitens
- Classificação Institucional
- Classificação Funcional
- Categoria de Programação
- Classificação da Despesa quanto sua Natureza

Dentre os conceitos e técnicas indispensáveis para elaboração do PPA, da LOA e posteriormente, da Execução Orçamentária, estão os mandamentos estabelecidos pela Portaria 42/99 do Ministério do Planejamento.

Conceitos de:

➤ Órgão

➤ Unidade Orçamentária

Conceitos

Órgão

- Identifica uma entidade integrante do sistema.

Exemplo:

Secretaria de Administração e Finanças

Secretaria da Educação e Cultura

Conceitos

Unidade Orçamentária (U.O.)

- É a repartição da Administração a que o Orçamento consigna dotações específicas (próprias), de seus programas de trabalho.
- Ao se incluir determinada U.O., deve-se indicar qual a UG que efetuará a realização orçamentária por conta dessa U.O.

Qual o conceito de Função?

Função é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

Ex.:

- 12 - Educação
- 10 - Saúde
- 04 - Administração
- 25 - Energia

Qual o conceito de Subfunção?

A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

Ex.:

- 361 - Ensino Fundamental
- 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial.
- 122 - Administração Geral.
- 752 - Energia Elétrica (Ver o Anexo da Portaria)

ATENÇÃO!

As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas, na forma do Anexo da Portaria N° 42/99. Ex.:

↳ Função: _____ Saúde

↳ Subfunção: _____ Educação Especial

.....

↪Subfunção:

_____ Assistência Hospitalar e
Ambulatorial

_____ Vigilância Epidemiológica

_____ Administração Geral

_____ Tecnologia da Informação

_____ Formação de RH

Exemplo de Função

- 20 Agricultura

Exemplo de Subfunção

- 621 Promoção da Produção Vegetal

Já vimos sobre Função e
Subfunção
mas, o que é o Programa?



- Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

- Ex.:

- 0001 Morada Feliz (Quais Ações)
- 0002 Homem no campo (Quais Ações)
- 0003 Saúde da Família (Quais Ações)

Cada Programa deverá conter:

- a) objetivo;
- b) Público alvo;
- c) órgão responsável;
- d) valor;
- e) prazo de conclusão;
- f) fonte de financiamento;
- g) indicador;
- h) metas;
- i) ações

Informações gerais para criação de programas governamentais

Quando um Programa Governamental
é constituído ou criado?

?



- Os Programas governamentais são criados na época da elaboração do PPA, que acontece no 1º ano de mandato do Prefeito e vale para 4 anos.
- Os programas, também podem ser criados na época da revisão do PPA que acontece no final de cada exercício financeiro.

Prazos

.....o Poder Executivo deverá encaminhar a Proposta do PPA ao Legislativo até 4 meses antes do encerramento do 1º exercício financeiro, devendo ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Sugeri-se aqui, que o **Município** estabeleça seus prazos posteriores aos da União e do Estado.

LDO => 30/set / PPA e LOA => 15/nov

Por que um Programa Governamental
é constituído ou criado?

?



São 2 situações em que fazem o governo criar ou constituir um programa:

1) Quando há um problema na sociedade e o governo é responsável por resolver.

Ex:

Faltam escolas,

Escolas em estado precário,

Crianças desnutridas .

2) Atender um anseio da sociedade

Ex:

↪ Construção de parques;

↪ Praças;

↪ Calçadas à beira do rio.

E o que significam as Ações?



As Ações são operações das
quais resultam produtos
(bens ou serviços),
que contribuem para atender
ao objetivo de um programa.

As Ações, conforme suas características podem ser classificadas:

a) Atividade

b) Projeto

c) Operações Especiais.

Qual o conceito de Atividade?

- Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

Qual o conceito de Projeto?

- Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

Exemplo de Programa:

- Valorização da Agricultura Familiar

Exemplo de Projeto:

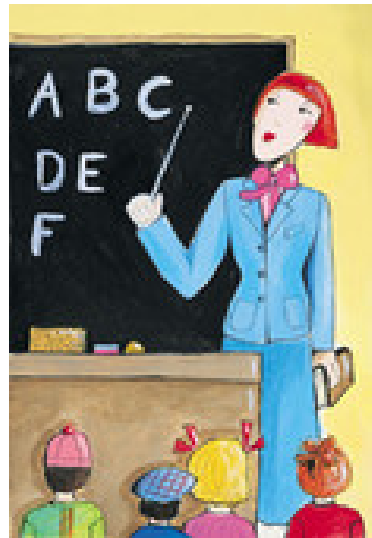
- Implantação de Centro de Abastecimento

Exemplo de Atividade:

- Capacitação continuada para pequenos agricultores

Exemplo de Atividade?

- Acompanhamento e Avaliação Didático Pedagógica dos Professores.



Exemplo de Operações Especiais

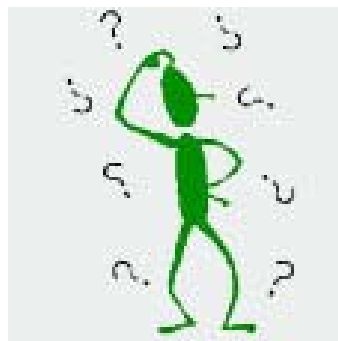
- Indenizações, Restituições, Ressarcimentos, Doações, etc. (ver p.60)



Art. 50 § 2º - LRF

- A edição de **normas gerais** para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União,

Quem faz o papel de órgão central de contabilidade da União?



- É a Secretaria do Tesouro Nacional - STN

- Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até 30 de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, a consolidação das contas dos entes da Federação, e a sua divulgação, de acesso público.

- § 1º Os Estados e Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos prazos:
- I - Municípios, com cópia para o Poder Executivo do Estado, até 30 de abril;
- II - Estados, até 31 de maio.

- § 2º O descumprimento dos prazos impedirá que os Municípios recebam transferências voluntárias.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 04 DE MAIO DE 2001.

- Dispõe sobre **normas gerais de consolidação das Contas Públicas** no âmbito da **União**, **Estados**, **DF** e **Municípios**, e dá outras providências.

Art. 1º da Port. 163/01:

Para as consolidações mencionadas no art. 51 da LC 101/00, os Estados, o DF e os Municípios deverão encaminhar suas contas à STN-MF, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos prazos previstos no §1º do referido art. 51.

Art. 2º -

- A classificação da receita, a ser utilizada por todos os entes da Federação, consta do Anexo I desta Portaria,
- ficando facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades.

Art. 3º

A classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de:

I - categoria econômica;

II - grupo de natureza da despesa;

III - elemento de despesa;

CATEGORIAS ECONÔMICAS

3 DESPESAS CORRENTES

4 DESPESAS DE CAPITAL

GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

- 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
- 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 4 INVESTIMENTOS
- 5 INVERSÕES FINANCEIRAS
- 6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
- 7 RESERVA DO RPPS
- 9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

MODALIDADE DE APLICAÇÃO

20 TRANSF À UNIÃO

30 TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL

40 TRANSF. A MUNICÍPIOS

50 TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

60 TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS

70 TRANSF. A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS

71 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

80 TRANSF. AO EXTERIOR

90 APLICAÇÕES DIRETAS

91 APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS

99 A DEFINIR

ELEMENTO DE DESPESA

- 01 Aposentadorias e Reformas
- 03 Pensões
- 04 Contratação por Tempo Determinado
- 05 Outros Benefícios Previdenciários
- 06 Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso
- 07 Contribuição a Entid Fechadas de Previdência
- 08 Outros Benefícios Assistenciais
- 09 Salário-Família

ELEMENTO DE DESPESA

- 10 Outros Benefícios de Natureza Social
- 11 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- 12 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Milit
- 13 Obrigações Patronais
- 14 Diárias – Civil
- 15 Diárias – Militar
- 16 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
- 17 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar
- 18 Auxílio Financeiro a Estudantes
- 19 Auxílio-Fardamento

ELEMENTO DE DESPESA

- 20 Auxílio Financeiro a Pesquisadores
- 21 Juros sobre a Dívida por Contrato
- 22 Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato
- 23 Juros, Deságios e Desc da Dívida Mobiliária
- 24 Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária
- 25 Encargos sob OCAR
- 26 Obrigações decorrentes de Política Monetária
- 27 Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros
- 28 Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos
- 30 Material de Consumo

ELEMENTO DE DESPESA

- 31 Premiações Culturais, Artíst, Cient, Desport
- 32 Material de Distribuição Gratuita
- 33 Passagens e Despesas com Locomoção
- 34 Outras Despesas de Pess decorre de Cont Terceiriz
- 35 Serviços de Consultoria
- 36 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física
- 37 Locação de Mão-de-Obra
- 38 Arrendamento Mercantil
- 39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

ELEMENTO DE DESPESA

- 41 Contribuições
- 42 Auxílios
- 43 Subvenções Sociais
- 45 Equalização de Preços e Taxas
- 46 Auxílio-Alimentação
- 47 Obrigações Tributárias e Contributivas
- 48 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
- 49 Auxílio-Transporte
- 51 Obras e Instalações

ELEMENTO DE DESPESA

- 52 Equipamentos e Material Permanente
- 61 Aquisição de Imóveis
- 62 Aquisição de Produtos para Revenda
- 63 Aquisição de Títulos de Crédito
- 64 Aquis de Tít Representa de Cap já Integrali
- 65 Constituição ou Aumento de Cap de Empresas
- 66 Concessão de Empréstimos e Financiamentos
- 67 Depósitos Compulsórios
- 71 Principal da Dívida Contratual Resgatado

ELEMENTO DE DESPESA

- 72 Principal da Dívida Mobiliária Resgatado
- 73 Correção Monet ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada
- 74 Correção Monet ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada
- 75 Correção Monet da Dívida de Oper Crédito por Ant da Receita
- 76 Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado
- 77 Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado
- 81 Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas
- **92 Despesas de Exercícios Anteriores**
- **93 Indenizações e Restituições**
- 94 Indenizações e Restituições Trabalhistas
- 95 Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo
- 96 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
- 99 A Classificar

- Órgão
 - Unidade Orçamentária
 - Função
 - Subfunção
 - Programa
 - Projeto/Atividade
 - **Fonte**
 - Categoria Econômica
 - Grupo de Natureza de Despesa
 - Modalidade de Aplicação
 - Elemento de Despesa/ Subitens
- Classificação Institucional
- Classificação Funcional
- Categoria de Programação
- Classificação da Despesa quanto sua Natureza

- Como formular Códigos para fonte de Recursos?



- Deve-se vincular Recursos à Finalidade Específica quando da elaboração da proposta orçamentária para o Exercício de 2008 e seguintes.
- Inst. Normativa TCE/TO N° 002/07.
- Portaria N° 914/08

Exemplo, Sintético, de códigos de recursos baseado na Portaria 914/08

0010.00.000	Recursos Próprios
0020.00.000	MDE
0030.00.000	FUNDEB
0040.00.000	ASPS
0050.00.000	RPPS
0060.00.000	Cota-Parte Compensação Rec. Hídricos
0070.00.000	Receita de Alienação
0080.00.000	CIDE

Quando houver gastos com **recursos próprios** (00**10**.00.000) destinados a **saúde**, educação e outros, o desdobramento da fonte é opcional, e sua utilização será conforme a seguir:

0010.00.000	Recursos Próprios
0010.10.001	Exemplos: 00 10.10 .000 - Recursos Próprios destinados a SAÚDE , 0010.10. 001 - Recursos Próprios destinados ao Programa Saúde da Mulher .

Transferência de Recursos de Sistema Único de Saúde - SUS

0400.00.000

a

0449.00.000

Detalhamento Opcional das
Fontes do SUS: (PSF, PAB,
PAC's e outros...), conforme
Tabela 3 - Manual da Receita
Nacional/STN, pg. 172 e 173

Outras Receitas destinadas à Saúde

0450.00.000
a
0497.00.000

Detalhamento das Fontes:
Serviços de Saúde, HPP,
Farmácia Básica do Estado,
Saúde da Família do Estado
e outros...

Transferências de Convênios Destinados a Programas de Saúde (Utilizar os 3 últimos dígitos para classificar o Convênio.)

0498.00.XXX

Detalhamento das Fontes:
Construção de Unidade de Saúde (Hospital, Posto de Saúde), Aquisição de Unidade Móvel de Saúde (Ambulância) e outros...

Quando houver gastos com **recursos próprios** (00**10**.00.000) destinados a **educação**, saúde e outros, o desdobramento da fonte é opcional, e sua utilização será conforme a seguir:

0010.00.000	Recursos Próprios
0010.12.001	Exemplos: 00 10 . 12 .000 - Recursos Próprios destinados a EDUCAÇÃO , 0010.12. 001 - Recursos Próprios destinados ao Programa Combate a Evasão Escolar

- E quando usar recursos do FUNDEB, como será o código?



0030	FUNDEB
00 30 .60.361	FUNDEB 60% - Ens. Fundamental
00 30 .60.365	FUNDEB 60% - Ensino Infantil
00 30 .60.366	FUNDEB 60% - EJA
00 30 .60.367	FUNDEB 60% - Ensino Especial
00 30 .40.361	FUNDEB 40% - Ens. Fundamental
00 30 .40.365	FUNDEB 40% - Ensino Infantil
00 30 .40.366	FUNDEB 40% - EJA
00 30 .40.367	FUNDEB 40% - Ensino Especial